

## **O conhecimento dos gestores municipais de saúde do estado de São Paulo sobre a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares**

**Knowledge about the National Policy for Integrative and Complementary Practices by county health-care managers of São Paulo state**

**Wânia Maria Papile Galhardi; Nelson Filice de Barros**

*Introdução:* Os determinantes sociais do processo saúde-doença e o desafio da integralidade do cuidado levaram a Organização Mundial da Saúde a propor as Medicinas Alternativas e Complementares para comporem as políticas de saúde. Como consequência, em 2006, no Brasil, foi publicada a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), importante ferramenta para a institucionalização da homeopatia no Sistema Único de Saúde (SUS).

*Objetivo:* Este trabalho tem o objetivo de analisar o conhecimento dos gestores da saúde de municípios do Estado de São Paulo sobre da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares.

*Métodos:* Em 2008 foram identificados no DATASUS os municípios que realizaram consultas homeopáticas entre 2000 e 2007. Os gestores da saúde dos municípios foram entrevistados e os resultados analisados quanti-qualitativamente.

*Resultados:* Dos 645 municípios, 47 ofertaram a atenção em homeopatia e desses 42 gestores foram entrevistados. Dos entrevistados, 26% (11) declararam conhecer a PNPIC e acreditam que ela ampara a implantação e implementação da homeopatia no SUS; 31% (13) declararam que conhecem pouco a PNPIC e superficialmente seu conteúdo, inclusive sem a percepção clara de sua utilidade; 41% (17) afirmaram desconhecer a e que não têm interesse em conhecê-la e nem à homeopatia; por fim, 2% não responderam. Destaca-se que aqueles conhecedores afirmaram utilizar a PNPIC para instruir instâncias superiores do governo municipal, os usuários e os funcionários públicos, sobre a racionalidade médica homeopática; para a construção de legislação própria e para o incremento dos serviços homeopáticos.

*Conclusão:* A PNPIC é amplamente desconhecida pelos gestores municipais de saúde e aqueles que a conhecem utilizam-na para tornar conhecida a racionalidade médica homeopática e justificar sua indicação para compor o SUS.